

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM INSTRUTORES CREDENCIADOS PELO ÓRGÃO COMPETENTE PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO PARA AQUAVIÁRIOS - MARINHEIRO AUXILIAR DE CONVÉS (CFAQ-MAC); E DE FORMAÇÃO DE AQUAVIÁRIO - PESCADOR PROFISSIONAL EXTRAFDEPM.

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada com instrutores credenciados pelo órgão competente para realização de curso de formação para aquaviários - marinho auxiliar de convés (CFAQ-MAC); e de formação de aquaviário - pescador profissional EXTRAFDEPM.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação visa atender a uma demanda da Câmara Técnica de Pesca do Comitê de Bacia Lagoas São João, que solicita a realização de um curso de formação para capacitar pescadores e seus familiares envolvidos no Turismo de Base Comunitária. O curso terá 30 participantes na categoria POP (CIR), destinada a pescadores(as) profissionais; e 30 participantes de pescadores(as) e seus familiares para obtenção da carteira MAC (Marinho Auxiliar de Convés). A realização deste curso permitirá que os pescadores(as) e seus familiares estejam aptos a desenvolver práticas de turismo de base comunitária em conformidade com a legislação vigente.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. O orçamento para a contratação do serviço objeto deste Termo de Referência está previsto no contrato de Gestão nº 61/2022 – CBHLSJ, e em seu Plano Anual de Atividades e Desembolsos – Ano II – 2024.

3.2. Para efeito do contrato a ser celebrado, o valor máximo a ser pago será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

3.3. Dotação Orçamentária:

FONTE: FUNDRHI – Subconta Lagoas São João

Base: Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O contrato a ser celebrado terá vigência de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão da ordem de início de serviço, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse da CONTRATANTE.

5. DO PRAZO DE INÍCIO DO SERVIÇO

5.1. O início do serviço dar-se-á em 24 (vinte e quatro) horas a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço.

6. DO REAJUSTE

6.1. Não há previsão de reajuste para esta contratação.

7. DAS ALTERAÇÕES

7.1. O contrato de serviço poderá ser alterado com acréscimo ou supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado conforme disposto no Capítulo II – Dos Contratos – Seção I – Da formalização e da Execução dos Contratos – Resolução INEA n° 160/2018.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

8.1. Objetivos

8.1.1. Realização de cursos de formação observando o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários – NORMAM-102/DPC

8.1.1.1. **O CFAQ-MAC** destina-se ao preparo de profissionais para se habilitarem a desenvolver o transporte aquático de passageiros como Marinheiro Auxiliar de Convés (MAC) para atuar no nível de habilitação 1 e com isto poderem desenvolver o Turismo de Base comunitário.

8.1.1.2. **O Curso de formação de Aquaviário Pescador Profissional EXTRAFDEPM** tem como premissa a necessidade de habilitar pessoas que estejam trabalhando na atividade da pesca e pretendam ingressar como Aquaviários do 3º Grupo – Pescadores, Seção de Convés, com inscrição na categoria Pescador Profissional (POP1) nível de habilitação 1, para o exercício das capacidades previstas nas Normas da Autoridade Marítima;

8.2. Resultados Esperados:

8.3. Após a conclusão dos cursos, o Aquaviário formado deverá ser capaz de demonstrar as seguintes capacidades:

8.3.1. MAC:

- a) exercer função de Comandante/Imediato de embarcações de até 50AB, inclusive das que transportam passageiros e que possuam potência propulsora menor do que 250kW, desde que operando na navegação interior ou de apoio portuário. A área correspondente à navegação interior é estabelecida nas Normas e Procedimentos para as capitânicas dos Portos (NPCP/NPCF);
- b) exercer função de Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB, desde que operando na navegação interior ou de apoio portuário. A área correspondente à navegação interior é estabelecida nas Normas e Procedimentos para as Capitânicas dos Portos (NPCP/NPCF); e
- c) exercer função de Serviços Gerais de Convés nas embarcações de qualquer AB desde que operando na navegação interior ou de apoio portuário. A área correspondente à navegação interior é estabelecida nas Normas e Procedimentos para as Capitânicas dos Portos (NPCP/NPCF).

8.3.2. POP:

- a) Comandante (CMT) de embarcações de pesca AB menor ou igual a 10 AB, empregadas na(s) áreas(s) classificadas como de navegação interior, em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitânicas (NPCP/NPCF) de sua jurisdição;
- b) Serviços de Quarto de Navegação (SQN) nas embarcações de pesca de qualquer AB, na Navegação Interior, em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitânicas (NPCP/NPCF);
- c) Serviços Gerais de Convés (SGC) nas embarcações de pesca até 100 AB, na navegação interior em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitânicas (NPCP/NPCF) de sua jurisdição;

8.4. **Quantidade máxima de participantes:** 30 por curso, ou seja, 30 para POP e 30 participantes para curso MAC;

8.5. **Público-alvo:** Associados e familiares das organizações de pesca da Praia da Baleia, da Pitória, de Barragem, de Monte Alto e Parque das Garças

8.6. Exame de seleção:

- 8.6.1. Do curso de formação para aquaviários, marinheiro auxiliar de convés e marinheiro auxiliar de máquina:** Os candidatos inscritos serão submetidos à prova escrita eliminatória e classificatória, em nível do 6º ano do Ensino Fundamental, sobre conhecimentos de Matemática e Língua Portuguesa e farão o teste físico de natação de 25 metros e 10 minutos de permanência flutuando.
- 8.6.2. Do curso de formação de Aquaviário Pescador Profissional EXTRAFDEPM:** Os candidatos deverão passar por processo de seleção, que consiste de um o teste físico de natação com 25 metros e 10 minutos de permanência flutuando;
- 8.7. Carga horária:** O curso será realizado no período noturno, com 05 (cinco) horas diárias, sendo 30 (trinta) dias úteis para MAC e 17 (dezesete) dias para POP.
- 8.8. Horários:** Os cursos de POP e MAC serão realizados simultaneamente, das 17h às 22h, em dias úteis;
- 8.9. Apostilas:** As apostilas deverão ser impressas em coloridas e fornecidas aos alunos no início do curso, na quantidade de alunos componentes da turma. As apostilas deverão conter os logotipos do CBHLSJ e do CILSJ;
- 8.10. Alimentação:** ocorrerá por conta do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ), sendo kit de lanches para cada participante durante os cursos.
- 8.11. A CONTRATADA** deverá fornecer a piscina para teste físico.
- 8.12. A Prefeitura Municipal de São Pedro** da Aldeia apoiará com ambulância e técnico de enfermagem durante a prova e o teste físico;
- 8.13. A Associação dos Pescadores da Praia da Pitória e da Praia da Baleia** apoiaram com embarcações para aulas práticas e as instalações para aplicação do curso;
- 8.13.1.** As instalações para aplicação do curso deverão ser refrigerada/ventilada e bem iluminada, deverá conter conjunto multimídia (computador, projetor e tela), e quadro branco;
- 8.14. Emissão de Certificados:** Para conclusão do curso, deverão ser consideradas as listas de presença que comprovem a participação dos alunos com o aproveitamento de no mínimo 70% da carga horária;
- 8.15. Inscrições no curso:** As inscrições para o curso foram divididas em 6 vagas para cada curso entre as organizações que participam do projeto Pescando Tradições e Compartilhando Saberes, totalizando 60 participantes."

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, mediante atesto de um dos fiscais do contrato;
- 9.2. A Nota Fiscal/Fatura emitida obrigatoriamente deverá vir acompanhada das certidões negativas da Receita Federal/Previdência Social e FGTS emitidas e válidas na data do pagamento da prestação do serviço, em conformidade com a legislação vigente, sendo condicionante para a efetivação do pagamento.
- 9.2.1. No corpo das Notas Fiscais deve constar:
- 9.2.1.1. N° do Contrato de Serviço;
 - 9.2.1.2. Nome do projeto
 - 9.2.1.3. Dados Bancários.
- 9.3. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária (PIX, TED ou DOC) ou por boleto, única e exclusivamente em nome da *CONTRATADA*.

10. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. A *CONTRATANTE* irá nomear um fiscal do contrato designado para acompanhar a sua execução dentro dos termos contratados, dispondo de autoridade para determinar a adoção das medidas necessárias à regularização de faltas constatadas.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Prestar o serviço em estrita conformidade com as disposições do Termo de Referência e com os termos da proposta de preços.
- 11.2. Realizar o serviço sem custo adicional para a *CONTRATANTE*.
- 11.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste ato.
- 11.4. Manter, durante a execução do serviço, todas as condições de idoneidade exigidas neste Ato Convocatório.
- 11.5. A obrigação do contratado de manter as mesmas condições de habilitação exigidas na apresentação de sua proposta.
- 11.6. Executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as especificações técnicas e qualidades exigidas, cumprindo todas as especificações estabelecidas na proposta de preços e documentos apresentados ao *CONTRATANTE*.

- 11.7. Refazer, sem custo para o *CONTRATANTE*, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da *CONTRATADA*.
- 11.8. Responsabilizar-se por todas as quaisquer despesas decorrentes de impostos, despesas com mão-de-obra, encargos sociais, trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste termo de referência.
- 11.9. Fornecer todos os subsídios para realização das atividades propostas, desde materiais e reagentes necessários até combustível para executar os serviços durante o prazo de vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional ao *CONTRATANTE*.
- 11.10. Prestar o serviço em estrita observância as leis de trânsito, assim como a condução dos veículos de forma segura e responsável.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.7. Pagar a importância correspondente aos serviços dentro das condições estabelecidas no contrato celebrado.
- 12.8. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de funcionário(a) especialmente designado que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o contrato;
- 12.9. Nomear fiscais para o contrato;
- 12.10. Considerar todos os procedimentos e princípios estabelecidos pela Resolução INEA n° 160/2018, de 11 de dezembro de 2018, e suplementarmente, pela Lei Federal n° 14.133/21.

13. DAS RESPONSABILIDADES

- 13.1. Durante a execução dos serviços contratados, assume a *CONTRATADA* integral responsabilidade pelos danos que causar à *CONTRATANTE* ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando o *CONTRATANTE* de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- 13.2. A *CONTRATADA* assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, bem como dos demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

14. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. A *CONTRATADA*, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, atraso na execução do objeto contratado, exceto por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado e justificado, atos ilegais ou irregulares praticados durante a seleção das propostas visando frustrar seus objetivos, ficará sujeita à aplicação das seguintes penalidades:
- a) **Advertência**, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
 - b) **Multa** de mora de 1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total da respectiva nota fiscal, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;
 - c) **Multa** de 10% (dois por cento), sobre o valor integral da nota fiscal, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial.
 - d) **Suspensão temporária** de participação em seleção de propostas e impedimento de contratar com a *CONTRATANTE* por 02 (dois) anos.
- 14.2. A multa a que alude o item 14.1. não impede a *CONTRATANTE* de rescindir unilateralmente o contrato e aplicar outras sanções previstas.
- 14.3. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.
- 14.4. Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 14.5. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantes, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 14.6. As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.
- 14.7. A *CONTRATANTE* poderá rescindir o contrato a qualquer momento, quando verificado que o fiscal da obra autorizou ou deixou que a empresa contratada para execução da obra fez qualquer alteração no projeto ou na planilha orçamentária sem prévia autorização da *CONTRATANTE*.

15. DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 15.1. O encerramento do contrato dar-se-á por edição pela *CONTRATANTE* do Termo de Recebimento do Objeto conforme disposto no Capítulo II – Dos Contratos –

Seção I – Da Formalização e da Execução dos Contratos – Art. 29 da Resolução nº 160/2018.

16. DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. Este contrato estará automaticamente rescindido no caso de extinção, cancelamento, suspensão ou encampação do Contrato de Gestão nº 61/2022 firmado entre a *CONTRATANTE* e o INEA - Instituto Estadual do Ambiente. Na ocorrência do previsto neste item, as partes deverão apurar os valores da fase do projeto até então executado, não cabendo a *CONTRATANTE* qualquer indenização a título de perdas e/ou lucros neste caso.

§ 1º A rescisão operar-se-á, também de pleno direito e imediatamente, quando a Contratada infringir quaisquer das cláusulas contratuais.

§ 2º A rescisão não eximirá a *CONTRATADA* da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações contratuais contados até a data da efetiva apresentação de relatórios.

§ 3º As partes acordam que ocorrendo à rescisão aludida no item 16.1., não será devida indenização para qualquer das partes.

§ 4º A *CONTRATANTE* poderá rescindir o presente contrato em qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias de antecedência caso entenda que a *CONTRATADA* não cumpriu alguma determinação do presente termo ou tenha descumprido a contrapartida que lhe cabe.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS.

17.1. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas com a Secretaria Executiva de Entidade Delegatária no telefone (22) 98841-2358.

Elaborado por
Samara Miranda
Assistente Administrativa

Revisado por
Cláudia Magalhães
Coordenadora Técnica-Administrativa CILSJ
Novembro/2024